

A GUERRA NOS BALCÃS

de Carlos Branco

A obra que tenho a honra de vos apresentar transporta-nos para o cenário de desagregação da antiga Jugoslávia e da arrepiante violência que a acompanhou. Fenómeno do nosso tempo, estamos, por tal motivo, recordados de que o desmembramento desse país constituiu uma das consequências geopolíticas do falimento dos regimes de inspiração soviética, após a “queda” do Muro de Berlim, em 1989.

É quase obrigatório, ao recordar a fragmentação da Jugoslávia, recuar um pouco mais de cem anos para avivar a nossa memória sobre a tragédia que já então serviu de pretexto à sua agregação.

O Império Austro-Húngaro abrangia cinquenta milhões de súbditos, que as vicissitudes da história haviam colocado sob o domínio de doze milhões de alemães e de dez milhões de magiares. Os restantes vinte e oito milhões repartiam-se pelas etnias checa, eslovaca, polaca, ucraniana, romena, sérvia, croata, eslovena, italiana e eslavos de religião muçulmana.

A Sérvia, saída de dolorosas convulsões dinásticas no início do século XX, encontrara, sob a égide do novo soberano, Pedro I, uma certa estabilidade económica e social que lhe permitia sonhar com a unificação de todos os Eslavos do Sul, no que seria uma espécie de “Grande Sérvia”, isto é, com uma Jugoslávia que englobasse, além dos Sérvios, os Eslovenos, os Croatas, os Montenegrinos, os Bósnios e outras minorias eslavas dos Balcãs. Segundo os entusiastas desse projecto, a monarquia sérvia teria um papel idêntico ao que, cinquenta anos antes, tivera a monarquia piemontesa na unificação italiana.

Em 28 de Junho de 1914, o atentado de Sarajevo, que vitimou o herdeiro dos tronos austro-húngaros – arquiduque Francisco Fernando – e a sua esposa constituiria o pretexto da Áustria-Hungria para, através da guerra, pôr termo ao que considerava ser uma ameaça da Sérvia ao seu Império.

De acordo com o que se apurou no processo que antecedeu o julgamento de Gavrilo Princip, autor do atentado, o movimento nacionalista sérvio temia que, após a subida ao trono de Francisco Fernando, este lograsse, com medidas de apaziguamento social, melhorar as condições de vida dos eslavos do império e, conseqüentemente, fazer abortar o projecto da Grande Sérvia. Nunca imaginaram, decerto, que as consequências desse acto, depois de uma guerra cruel de mais de quatro anos, fossem tão céleres e bem-sucedidas.

Assim, nos últimos meses da guerra, em Julho de 1918, o croata Ante Trumbić e o Sérvio Nikola Pašić, figuras de proa do movimento unificador dos Eslavos do Sul, encontram-se na ilha de Corfu, e chegam a um acordo segundo o qual, terminada a guerra – com a previsível derrota dos Austro-Húngaros –, Sérvios, Croatas e Eslovenos, incluindo os residentes na Bósnia, muçulmanos ou não, se uniriam para formar a Jugoslávia, com o rei da Sérvia como soberano.

Finda a guerra, o Império Austro-Húngaro ficara na aliança derrotada e a Sérvia na aliança vencedora. Como era grande a vontade das potências vitoriosas de pôr fim aos impérios continentais e redesenhar o mapa da Europa, abriam-se boas perspectivas para a concretização das ambições sérvias. Mas também se perfilavam múltiplas dificuldades. Logo à partida,

Eslovenos, Croatas e Bósnios haviam lutado no exército austro-húngaro contra os Sérvios, o que os inferiorizava moralmente no confronto com Sérvios e Montenegreiros, beligerantes vencedores. E havia outra diferença de tomo para o período de transição: a Sérvia possuía um exército e os ex-súbditos do Império não.

Quando, em 1919, se fazem os preparativos para a Conferência de Paris, a principal figura da delegação croata é Ante Trumbić. Fortemente ligado à cultura italiana, provinha da cosmopolita costa da Dalmácia. Enquanto a delegação sérvia era encabeçada por Nikola Pašić, que sempre sonhara com a liquidação da monarquia austro-húngara, Trumbić tomara assento nos seus parlamentos. Numa conversa com um escritor francês, Trumbić sublinharia a fractura entre os dois povos, acentuando a vertente cultural:

“Não vai querer comparar, espero, os Croatas, os Eslovenos, os Dalmácios – que séculos de comunhão artística, moral e intelectual com a Áustria, a Itália e a Hungria transformaram em puros Ocidentais – com estes meio-civilizados sérvios, os híbridos balcânicos de Eslavos e Turcos.”¹

Ante Trumbić não terá tido grandes ilusões sobre a forma como os Sérvios conduziram a unificação de povos com características tão diversas. Um representante oficial do governo sérvio afirmou-lhe, com a maior descontração, que não iria haver dificuldade na integração dos muçulmanos da Bósnia. O exército da Sérvia dar-lhes-ia 24 horas – não, talvez 48 – para regressarem à fé ortodoxa. “Aqueles que não o fizerem serão mortos, conforme fizemos no nosso tempo na Sérvia”. Ao que Ante Trumbić replicou: “Não pode estar a falar a sério”. “Muito a sério”, replicou o sérvio.²

O processo de unificação arrancou, portanto, com o protagonismo quase total da Sérvia. O seu exército tornou-se no Exército Jugoslavo e único garante da lei e da ordem em todo o espaço do futuro estado. No aparelho político, os postos mais importantes foram quase todos para sérvios. Em 28 de Junho de 1921 – aniversário da Batalha do Kosovo e do atentado de Sarajevo –, o rei Alexandre da Sérvia jurava fidelidade à Constituição, tornando-se rei da Jugoslávia. Tratou-se de um início de união atribulado e pouco liberal, de que uma espécie de nação adiada jamais recuperaria. A invasão alemã da 2.ª Guerra Mundial iria proporcionar o reavivar das diferenças geradoras de antagonismos, lançando o país numa guerra civil paralela aos conflitos da ocupação. A vitória posterior da facção liderada por Josip Tito permitiu uma trégua de cerca de 45 anos, debaixo de um regime severo, que lograva conter as animosidades. Mas as diferenças permaneciam no país, humoristicamente definido como um Estado formado por seis repúblicas, cinco etnias, quatro línguas, três religiões, dois alfabetos e um Partido.

O processo de desagregação iniciado em 1991 viria demonstrar que as feridas da 2.ª Guerra Mundial tinham sido insuficientemente saradas e, pelo contrário, favoreciam a ocorrência de um sério “ajuste de contas”.

O texto do livro do MGen Carlos Branco mergulha profundamente neste drama balcânico. Constitui um relato, expressivo e corajoso, da sua experiência como Observador Militar das

¹ MACMILLAN, Margret, *Paris 1919: Six months that changed the world*, Ed. Kindle, pos. 2374-2385.

² TANNER, M., *Croatia: A Nation Forged in War*, p. 116.

Nações Unidas nos territórios da ex-Jugoslávia, cobrindo o período que vai de 15 de Agosto de 1994 a 5 de Fevereiro de 1996. Segundo palavras do próprio autor, “este livro é, de certo modo, um ajuste de contas com a sua consciência e com a verdade”. Verdade que Carlos Branco sustenta ter sido manipulada pelos *média* profissionais, muitos deles limitando-se a acompanhar a agenda geopolítica das principais potências envolvidas na partilha da Jugoslávia, indo ao ponto de transformar crimes de guerra em genocídios, para melhor concretizarem os seus objectivos políticos.

Mas também é uma chamada de atenção para o esquecimento a que foi votado o retorno diplomático, para Portugal, do trabalho produzido pela missão de Observadores Militares. Sobre esta importante actividade, em que um número crescente de militares portugueses se tem empenhado, um pouco por todo o mundo – a que, ainda na década de 90, se juntou o empenhamento de unidades em missões de consolidação da paz –, é consolador que comecem a surgir obras que, do ponto de vista da história militar portuguesa, abram um novo capítulo de estudo e de memória.

A obra do general Carlos Branco surge-nos com um estilo de reportagem muito bem conseguido, anotando, com bem-humorada benevolência, as singularidades das diferentes culturas (incluindo as dos numerosos elementos da ONU oriundos de países não-europeus) e, com contida crueza, as destruições de vidas e bens, fruto de intermináveis vinganças. Tudo isto num cenário de caos, meio guerra meio pilhagem (de que também eram vítimas os militares da ONU), e onde a gratidão dos protegidos deixava muito a desejar.

Para a História dos anos mais recentes, o livro recorda-nos, com especial oportunidade, o comportamento da Alemanha na reunião de Dezembro de 1991 do Conselho Europeu, que teve lugar em Maastricht, onde, apesar dos votos dos restantes 11 membros, a favor da manutenção da unidade da Jugoslávia, a Alemanha isolada conseguiu, às quatro da manhã, impor a sua vontade, fazendo com que os seus parceiros reconhecessem, contrariados, a independência da Croácia e da Eslovénia, replicando, na prática, a afinidade germânica já assumida antes de 1914 e durante a 2.ª Guerra Mundial.

Olhando para o futuro, Carlos Branco revela-nos, ainda, o significado da chegada à Bósnia, a partir de 1992, de combatentes estrangeiros vindos do Afeganistão, tendo ficado, por isso, conhecidos por *mujahideen*. O seu envolvimento na guerra da Bósnia constituiu um plano gizado e executado pelos dirigentes da Al-Qaeda, que queriam manter a *jihad* viva e transportar a sua luta para o Ocidente. Por tal motivo, o autor sustenta que o berço do *jihadismo* moderno – que hoje tanto preocupa a Europa – não foi o Afeganistão, mas sim a Bósnia.

Para terminar, ocorre-me lembrar que Churchill afirmou um dia que os Balcãs tinham “a tendência para produzir mais História do que aquela que podiam consumir”, como que predizendo que um destino trágico permanente pairava sobre aquela região da Europa Meridional. A Europa dos nossos dias, ameaçando recuar na sua união, está já a reentrar num novo período de alta produção de História. Também nesse aspecto, o livro do general Carlos Branco nos ajuda a antecipar, não sem um estremecimento de horror, as dolorosas consequências de semelhante destino.

David Martelo – Porto, IDN, 06 Dec 2016.